



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

A EDUCAÇÃO EM DISPUTA: gênero, cruzadas e formas de resistência

LA EDUCACIÓN EN DISPUTA: género, cruzadas y formas de resistencia

EDUCATION IN DISPUTE: gender, crusades and forms of resistance

Daniela Finco
Universidade Federal de São Paulo - Unifesp
dfinco@unifesp.br

Douglas Paulino Barreiros
Universidade Federal de São Paulo - Unifesp
douglas.paulino@unifesp.br

Emanuela Abbatecola
Universidade de Gênova - UniGe
emanuela.abbatecola@unige.it

Introdução

É possível reconhecer que os estudos de gênero nos últimos anos uniram forças e realizaram muitos esforços para definir e ocupar seu espaço na universidade e na produção acadêmica, buscando o reconhecimento do campo de estudo. A complexidade dos fenômenos culturais, políticos, econômicos e sociais que se entrelaçam e convergem na reprodução da desigualdade de gênero revelam que ainda existem muitos obstáculos a superar.

No contexto brasileiro, assim como no italiano, os estudos de gênero enfrentam resistência e até mesmo hostilidade de grupos conservadores e religiosos, que veem tais pesquisas como uma ameaça às tradições e valores morais estabelecidos. A própria estrutura patriarcal de ambas sociedades limita a aceitação e o reconhecimento dos estudos de gênero como um campo legítimo de investigação. Esses obstáculos destacam a necessidade contínua de defender e fortalecer os estudos de gênero como uma disciplina essencial para compreender e combater as desigualdades e violências de gênero.



A análise crítica dos estudos de gênero revela um campo em constante crescimento, a partir do diálogo contínuo entre teoria e prática, nacional e internacionalmente. Ao considerar diferentes contextos emergem uma série de reflexões sobre as complexidades das relações de poder que permeiam as estruturas sociais e institucionais. Portanto, ao reconhecer os obstáculos enfrentados, pretende-se também traçar um caminho rumo a uma sociedade mais igualitária e democrática, onde as perspectivas de gênero sejam integradas de forma integral nas políticas e práticas educacionais, resistindo às tentativas de retrocesso e exclusão.

As oportunidades de reflexão e desafios destacam o poderoso conceito e ferramenta de pesquisa, gênero como construção social, um dispositivo de poder, posicionamento, hierarquias, alteridades. As reflexões sobre Gênero, também nos alerta para o debate sobre a crise econômica ligada às desigualdades de gênero, chamando a atenção para como estas questões, não estão apenas em jogo questões teóricas, mas também políticas e culturais. No âmbito teórico, o reconhecimento do gênero como uma construção social desafia paradigmas estabelecidos e promove uma reavaliação das normas e expectativas de gênero que moldam as interações sociais, incluindo as estabelecidas em espaços educacionais.

Politicamente, a compreensão das dinâmicas de poder subjacentes às identidades de gênero permite a formulação de políticas e estratégias para enfrentar a discriminação e promover a igualdade de gênero em diferentes esferas da sociedade (Butler, 2017). Essas dimensões teóricas, políticas e culturais dos estudos de gênero demonstram a complexidade e a relevância desse campo de pesquisa para entender e transformar as estruturas sociais e institucionais que perpetuam a desigualdade de gênero.

Dessa forma, tais questões permitem refletir sobre as mudanças no cenário que caracterizaram nas últimas décadas, dando maior visibilidade aos estudos de gênero, num cenário caracterizado por conflitos complexos, com atenção às múltiplas formas como o gênero é utilizado em “políticas”, entendidas tanto como intervenções de governança quanto como práticas discursivas. O gênero, neste contexto, é por vezes utilizado como um dispositivo democrático de inclusão e crítica das relações de poder, por vezes como uma ferramenta para produzir dominação e exclusão com a retórica neoliberal, como um “inimigo a combater”.

Este dossiê ao trazer uma atenção especial para as cruzadas antigênero no âmbito da educação, apresenta reflexões em torno do gênero, um conceito que precisa ser estudado e divulgado, por ainda sofrer muitas vezes distorções. O olhar para as ameaças de uma



“ideologia liberticida”, que entraria nas escolas sob o pretexto de combater a violência, para fazer lavagem cerebral nas nossas crianças, revela que a escola é o principal campo de batalha. (Abbatecola, Stagi, Cortés 2020, Vianna, 2020, Junqueira, 2022).

A publicação traz o desafio de fortalecer as ferramentas conceituais e teóricas do campo dos estudos de gênero, considerando sobre o seu alcance revolucionário, bem como o desafio de refletir sobre os desafios que os estudos de gênero ainda enfrentam e as ameaças que podem dificultar esse caminho. Desse modo, a partir do diálogo com publicações e documentos nacionais e internacionais, refletimos sobre o cenário envolvendo as ofensivas antigênero, apresentando brevemente a história da construção de gênero como um inimigo e apontando para os desafios de difundir a integração da perspectiva de gênero nas estratégias de educação.

Cenário das ofensivas antigênero na educação

Diversos países vêm passando nos últimos anos, por protestos e críticas levantadas por movimentos contra uma suposta “ideologia de gênero”, cujo perigo social estaria em questionar a “naturalidade” de papéis e diferenças entre mulheres e homens. Esses protestos e críticas refletem um fenômeno global no qual forças e grupos conservadores de ultra direita tem se mobilizado contra os estudos de gênero, a promoção da igualdade de gênero e os direitos sexuais. Reside no centro dessa oposição o medo de que a desconstrução das normas vigentes e de inteligibilidade social do gênero ameace as estruturas de poder estabelecidas e desafie a atual hierarquia social (Junqueira, 2018, 2022).

No Brasil, vivemos nos últimos anos um momento histórico de retrocesso político, econômico e social, por meio de um cerceamento das políticas sociais. A onda conservadora em ascensão, organizada contra o pseudoconceito de “ideologia de gênero”, têm tramitado projetos de lei em que cerceiam, limitam ou excluem os direitos sociais já adquiridos (Vianna, 2018). Na Itália vem ocorrendo uma cruzada contra os cursos de formação nas escolas sobre a diferença de gênero, com mensagens midiáticas contrárias a uma fantasmagórica “ideologia de gênero”. (Poggio; Selmi, 2019).

Essa cruzada se apresenta por meio de discursos políticos e ações de grupos que buscam impedir a implementação de políticas educacionais que incluam conteúdos relacionados às diversidades sexuais e de gênero nas escolas. (Miskolci; Campana 2017). Além disso, há uma oposição significativa às abordagens de sexualidade e gênero nos currículos e práticas educativas, com o argumento que tais perspectivas na educação ameaçaram os valores familiares e religiosos tradicionais.



Esse discurso ganhou corpo nos últimos anos com a utilização da “ideologia de gênero” como retórica para o questionamento e a produção de políticas públicas, particularmente as educacionais. Estudos e pesquisas acadêmicas que tratam de gênero têm sofrido a propagação de informações falsas ou questões há tempos superadas e na tentativa de confundir o significado do conceito de gênero e a sua importância na formação das crianças e jovens.

Assistimos nos últimos anos a disseminação de um discurso reacionário que, entre outras coisas, afirma haver uma conspiração mundial contra a família. Com uma retórica que se apropria da escola como o espaço estratégico para a imposição de uma ideologia contrária à natureza humana: a “ideologia do gênero”. Engajados nessa agenda global, os professores são acusados de, em vez de cumprirem o currículo, de buscarem usurpar dos pais o protagonismo na educação moral de seus filhos, doutrinando com ideias contrárias às convicções e aos valores da família. (Junqueira, 2022).

As mudanças recentes do debate sobre gênero, com ofensivas conservadoras antigênero como um fenômeno transnacional e adensado pelas produções sobre aspectos diversos da Educação Básica. (Vianna 2020). A “ideologia de gênero”, apresentada como nefasta para a educação de crianças, suscitando um pânico em relação ao fim da família e confusão identitária, tem sido o principal argumento de fundamentalistas religiosos/as e extremistas conservadores/as para a ofensiva contra direitos sexuais no Brasil, com ênfase para o cerceamento da educação sobre gênero e sexualidade nas escolas.

Breve história da construção de um inimigo

No Brasil, o início da trajetória que relaciona gênero, sexualidade e Direitos Humanos se dá com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, no Rio de Janeiro, a participação de mulheres na pressão de movimentos feministas e ONGs conseguiu incluir nos documentos oficiais do evento propostas específicas sobre as mulheres e o desenvolvimento sustentável. Na Declaração do Rio, que, com a Agenda 21, o principal documento da conferência, trazia a tensão deu-se em torno do direito à saúde reprodutiva e ao planejamento familiar, temas que não entraram na pauta, ainda que as feministas procurassem incorporar tais discussões a partir de visão mais ampla do que seria incorporado ao tema do meio ambiente. (Corrêa, 2018).

As tensões relacionadas às temáticas continuam em 1993, com preparação para a Conferência de População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo em 1994, com a pressão



para a inclusão da terminologia “saúde sexual” e “direitos sexuais” no programa de ação que estava em negociação. Nesse momento, os “direitos sexuais” foram eliminados do texto final. (Corrêa e Alves, 2005).

Nos anos seguintes, duas conferências da ONU, em Cairo sobre População e Desenvolvimento (1994) e Conferências de Mulheres (1995) em Pequim, são consideradas como um divisor de águas, pois marcam o nascimento da retórica discursiva antigênero (Paternotte, 2014; Paternotte; Kuhar 2018, Bernini, 2016, Garbagnoli, 2014; 2016; 2017; Garbagnoli;Prearo, 2018, Schettini, 2023). A partir destes dois encontros internacionais, a noção de “ideologia de gênero” toma forma como uma resposta ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito do sistema de direitos das Nações Unidas. (Paternotte, 2014).

A noção de “Ideologia de gênero” surge como parte de uma estratégia católica global, que passa a propagar ideias alternativas usando e subvertendo as noções que repudia e, também, contesta a suposta hegemonia cultural e política no contexto de uma batalha global das ideias. A Igreja, portanto, utiliza noções progressistas como “gênero” ou “feminismo” alterando seu significado, criando confusão no entendimento das pessoas comuns e ressignificando a pauta que vozes liberais vinham tentando articular nas últimas décadas. (Corrêa, 2009; Viégas e Goldstein, 2017, Miskolci; Campana, 2017, Carreira, 2024).

Foi neste contexto da conferência de 1995, que Dale O’Leary, jornalista próxima dos movimentos pró-vida, divulga um dos seus escritos intitulado *Gender. The deconstruction of Women*, e dois anos depois publicou *The Gender Agenda. Redefining Equality*. Mas foi no início dos anos 2000 que a invenção do sintagma Ideologia de gênero (Garbagnoli, 2014), se estabelece como uma forte estratégia discursiva antigênero, e o gênero começa a aparecer em cena como um inimigo perigoso. Assim se inicia a introdução da obra “Agenda de Gênero”.

Sem alarde ou debate, a palavra ‘sexo’ foi substituída pela palavra ‘gênero’. Nós costumávamos falar de ‘discriminação de sexo’, mas agora é ‘discriminação de gênero’. Os formulários, como os pedidos de crédito, costumavam pedir uma indicação de nosso sexo, mas agora eles pedem nosso gênero. Com certeza parece bastante inocente. ‘Sexo’ possui um significado secundário, subentendendo relação sexual ou atividade sexual. ‘Gênero’ parece mais delicado e refinado. As militantes feministas aprenderam a partir de suas derrotas. Quando elas não puderam vender sua ideologia radical para as mulheres em geral, elas lhe deram uma nova roupagem. Mas, se você acha que a mudança sinaliza um renascimento da sensibilidade neo-vitoriana, você não poderia estar mais errado. Essa mudança e uma série de outras coisas que você pode ter percebido são todas partes da Agenda de Género. (O’Leary, 1997, p. 11, apud Abbatecola 2017, s/p)



Encontramos um trabalho de sistematização da retórica discursiva antigênero no *Lexicon. Termini ambigui e discusi su famiglia, vita e questioni etiche*, publicado na Itália em 2003, sob a égide do Pontifício Conselho para a Família, traduzido em diversas línguas como russo, árabe, alemão, espanhol. Lexicon é uma enciclopédia composta verbetes, sobre bioética, sexualidade e gênero, escrito inicialmente por 70 autores, dentre estes, três cardeais ultraconservadores, Carlo Caffarra, Angelo Scola e Elio Sgreccia, o presidente do sindicato dos juristas católicos Francesco D’Agostino, e o fundador do movimento pró-vida Carlo Casino (Garbagnoli, 2017). Foi traduzida no Brasil em 2007, com a inclusão de alguns autores brasileiros.

No Prefácio da obra, o cardeal Alfonso López Trujillo informa que o Lexicon tem o objetivo de esclarecer os termos “ambíguos” usados nas conferências internacionais da ONU, apontando que seria preciso enfrentar essa ambiguidade que serviria para camuflar estratégias contrárias à dignidade da pessoa e da família e à tutela da vida humana. Assim, o dicionário parte da premissa de que “um dos sintomas mais preocupantes do ofuscamento moral é a confusão terminológica” (2007, p.6).

O objetivo da publicação, portanto, é proporcionar “clareza” sobre os termos que estão no centro do conflito político contemporâneo em torno das questões da família e dos direitos sexuais e reprodutivos, partindo do pressuposto de uma suposta difusão do uso manipulador da linguagem. Assim como alerta Dianin (2005), ao denunciar a construção liberticida de discursos perversos para colonizar a opinião pública, os autores optam por um método de comunicação fortemente apologético, distante do estilo das enciclopédias clássicas.

Assim, a emergência de um cenário político-discursivo relacionada a uma ofensiva de matriz religiosa, politicamente reacionária, envolvendo instituições, grupos e diferentes atores sociais opera em bases transnacionais, a partir de estratégias discursivas muito eficazes, operando como um dispositivo retórico-persuasivo. Trata-se, de um dispositivo político-discursivo cujo acionamento, em diversos cenários, está implicado na reorganização do campo discursivo reacionário e no redesenho de estratégias de mobilização e intervenção na arena pública. (Junqueira, 2018).

Sara Garbagnoli (2014) e Giovanni Dall’Orto (2016) estão entre os estudiosos que apontam que, com o pronunciamento de Bento XVI ao legitimar a utilização do sintagma “gender”, sinalizou uma clara autorização para o seu emprego e difusão midiática, fortalecendo a propagação de ofensivas antigênero. Pode-se observar a eclosão, de modo viral, de um movimento transnacional com discursos antigênero em dezenas de países (JUNQUEIRA, 2018).



O mais evidente deles, é o discurso da defesa da “família natural”: representada como a “única natural”, fundada no matrimônio heterossexual e destinada à transmissão da vida, e apresentada como uma realidade sob constante ameaça e a ser protegida. Disso derivam tanto a ideia de que seria preciso garantir às crianças o direito de crescer em uma “família de verdade”, quanto a pressão sobre instâncias governamentais ou de representação política para interromper ou proibir a adoção de medidas noções supostamente inspiradas na “teoria/ideologia do gender”. (JUNQUEIRA, 2018).

Ao lado disso, costuma ter lugar impetuoso a defesa da primazia (ou da exclusividade) da família na educação moral e sexual dos filhos. Afinal, de acordo com as narrativas antigênero, a educação das crianças não deve sofrer interferências indevidas por da parte de escolas, que, ao sabor da implantação de uma ditadura do gender, teriam se convertido em “campos de reeducação e doutrinação”. Tal discurso pode ser representado pela fala do cardeal Angelo Bagnasco, na abertura do Conselho Episcopal Permanente, em Roma, em 24 de março de 2014:

É a leitura ideológica do ‘gênero’ – uma verdadeira ditadura – que quer achatar a diversidade, homogeneizar tudo até a tratar a identidade do homem e da mulher como puras abstrações. É de se perguntar, com amargura, se querem fazer da escola campos de reeducação, de doutrinação. Os pais ainda têm o direito de educar os filhos ou foram desautorizados? (...) Os filhos não são cobaias nas mãos de ninguém, nem mesmo de técnicos ou de chamados especialistas. Que os pais não se deixem intimidar. Eles têm o direito de reagir com determinação e clareza (...). (Bagnasco, 2014, apud Junqueira, 2018).

Não por acaso, o mundo da escola tem recebido grande atenção dos integrantes dos movimentos antigênero. Ali, a defesa da primazia da família na educação moral dos filhos se faz acompanhar de ataques aos currículos e à liberdade docente, em nome do “direito a uma escola não-ideológica” ou a uma “escola sem gênero”. Propostas educacionais inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e garantir o caráter público e cidadão da formação escolar, tendem ser percebidas e denunciadas por esses movimentos como uma “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” daquelas famílias cujos valores morais e religiosos (de ordem estritamente privada) são, segundo eles mesmos, inconciliáveis com as normativas sobre Direitos Humanos produzidas por instituições, como a ONU, “colonizadas pela agenda do gender”. (Junqueira, 2018, p.13-14).



Por que os estudos de gênero causam medo?

No dia 8 de abril de 2018, o Dicastério para a Doutrina da Fé publicou, com a aprovação do Papa, um documento intitulado Declaração *Dignitas infinita*, sobre a dignidade humana, no qual a teoria do gênero é definida como muito perigosa porque apaga as diferenças com a pretensão de tornar todos iguais. Segundo o documento nesta perspectiva, “devem ser rejeitadas todas aquelas tentativas que obscurecem a referência à ineliminável diferença sexual entre homem e mulher”. (s/p)

Nas passagens deste documento encontramos alguns conceitos-chave da retórica discursiva sem gênero - diferença sexual, complementaridade biológica e família natural - dos quais se pode deduzir a visão de sociedade que move a cruzada ou, para usar uma estratégia de subversão e reversão- significação que, neste caso, se distancia do conceito original. Defendendo que a complementaridade entre homem e mulher derivaria do fundamento biológico das diferenças e de uma ordem natural que definiria hierarquias, papéis e rumos do desejo legítimo. Uma ordem que, por se basear na natureza, só pode ser única, indiscutível, imutável e justa.

O conteúdo deste documento não representa nada de novo, mas acabou influenciando diretamente o contexto educativo. Num comunicado de imprensa relativo a algumas moções contra a chamada “Teoria de Gênero” nas escolas italianas, votadas pelo governo regional no norte de Itália em 2015, foi afirmado:

Foi aprovada a moção [...] com a qual o conselho se compromete a garantir que a “Teoria de Gênero” não seja introduzida nas escolas de todos os níveis e séries da Região da Ligúria, que o papel da família na educação de gênero seja respeitado a afetividade e a sexualidade, reconhecendo o seu direito prioritário e para que seja educado para reconhecer o valor da diferença sexual e da complementaridade biológica, funcional, psicológica e social. Sobre o mesmo tema, foi também aprovada uma segunda moção [...] com a qual o conselho se compromete a garantir que a chamada “Teoria de Gênero” não seja introduzida de forma alguma nas escolas de todos os níveis do região da Ligúria ou outras teorias equivalentes, respeitando assim o que é estabelecido pela Constituição, pela Carta dos Direitos Humanos e por todas as outras regras que reconhecem e protegem as diferenças e complementaridades entre homens e mulheres e o valor da família como sociedade natural, baseada no casamento. (Comunicado Stampa n.º 187/2015).

No Brasil as ofensivas não são diferentes. Grupos que atuaram de forma coordenada na retirada das questões de gênero no Plano Nacional de Educação no Congresso (Vianna; Bortolini, 2020), além disso, mobilizaram discursos contra os direitos humanos, ações que declinaram as pautas reconhecidas nas agendas ministeriais.



O movimento Escola Sem Partido, Movimento Brasil Livre (MBL) representados por grupos reacionários vem ameaçando e atacando diretamente as escolas e projetos educativos (Junqueira, 2018, 2022). O Movimento Escola sem Partido no Brasil, representa a tentativa de despolitização do espaço escolar. O movimento, que propõe desse modo a “neutralidade” na educação brasileira, manifesta uma clara intenção de supressão e perseguição contra os ideais mais progressistas e críticos. Esse projeto educacional expõe e protege os ideais conservadores e fundamentalistas, que sempre foram usados para garantir a manutenção do status quo social e econômico, consolidando um ensino meramente técnico, despolitizado e sem o debate de gênero. (Viégas e Goldstein, 2017).

Assim, o campo da educação vem sofrendo ataques na formulação de políticas públicas, a partir de tais movimentos que ganharam notoriedade ao serem acolhidos por partidos políticos conservadores, que objetivavam coibir práticas pedagógicas livres e democráticas, sob argumento de doutrinação política ameaçadora aos valores morais e religiosos da família, representando uma contra política que se posicionou contra os avanços progressistas dos últimos anos, com investidas conservadoras em relação aos direitos de formação cidadã na educação, com tentativas de censura e embates relacionados à campanhas anti-gênero nas escolas (Carreira, 2024).

Por outro lado, os estudos de gênero buscam desconstruir relações de dominação – tanto o patriarcado como a heteronormatividade – tornando-as visíveis e denunciando o seu carácter histórico e social. Papéis, hierarquias e relações de poder são, nesta perspectiva, o resultado de processos complexos de construção social e, portanto, sempre potencialmente mutáveis e em movimento. Assim, os estudos de gênero, ao afirmarem que o que parece natural não é nada natural, tornam a mudança imaginável. É por isso que eles assustam. Portanto, gênero não é uma ideologia, é um conceito que procura ampliar o debate sobre a qualidade da educação democrática e acolhedora de todos e todas independente de seu pertencimento racial, étnico, religioso ou de gênero.

É interessante desse modo, problematizar a questão dos reflexos dos movimentos antigênero e da “ideologia de gênero” na educação, o que problematiza como as questões de gênero também têm sido utilizadas por aqueles que expressam o neoliberalismo conservador, antigênero, sob que estamos vivendo neste momento. Esses movimentos, frequentemente associados a agendas conservadoras e neoliberais, promovem uma visão binária e restrita do gênero e da sexualidade, o que resulta na marginalização das expressões que se desviam desse paradigma heteronormativo.



Algumas considerações

Uma agenda reacionária antigênero interfere diretamente no trabalho docente e no controle quanto à inserção das questões de gênero no currículo e nas práticas educativas que restringem as temáticas a serem abordadas nas escolas, além de subjugar essa abordagem à concordância das famílias. A visão de que o debate sobre as questões de gênero possa ser uma ameaça às crianças e suas famílias, e o uso do conceito, nas escolas, como uma interferência do Estado na soberania de pais e mães quanto à educação moral de seus/suas filhos/as, sustenta tanto a ausência de menção ao tema quanto o veto do uso do gênero nas escolas e seu controle pela família no sentido de evitar um suposto projeto de “doutrinação ideológica” (Vianna, 2020).

É necessário problematizar como o conservadorismo nos últimos anos se aproveitou do contexto para confundir, criar ideias falsas e espalhar pelas mídias sociais, pânico moral no contexto da Educação. As formas como apropriam-se do conceito de gênero na tentativa de frear e interromper a consolidação de políticas públicas e da promoção de valores básicos da democracia, como o tratamento igualitário na educação, alertando para a necessidade de um posicionamento crítico em relação às representações que visam tornar a ciência um discurso neutro, reproduzindo as desigualdades.

Ao refletirem sobre este complexo cenário, os artigos presentes neste dossiê problematizam como o conservadorismo nos últimos anos tem aproveitado o contexto para confundir, criar ideias falsas e espalhar o pânico moral no contexto da educação através das redes sociais. Analisam como se apropriam do conceito de gênero na tentativa de desacelerar e interromper a consolidação das políticas públicas e a promoção de valores fundamentais da democracia, como a igualdade de tratamento na educação.

A possibilidade de refletir sobre tal contexto, chama nossa atenção para a infância no centro do discurso educativo, sobre os elementos-chave da relação entre a educação, a educação de gênero e as crianças: a infância é cada vez mais um objeto de discórdia entre os adultos, é de fato uma questão moral. (Satta e Biemme, 2017). O movimento “anti-gênero” como discurso que naturaliza e essencializa as diferenças de gênero, revela como a escola voltou a ser o campo de construção ideológica. Revela um debate que envolve uma complexa relação dos contextos culturais, políticos, econômicos e ideológicos, atingindo a educação das crianças, espalhando o pânico moral nas famílias.



As reflexões trazem a questão das influências dos movimentos anti-gênero na educação, problematizam como as questões de gênero e sexualidade, também foram usadas por aqueles que expressam partidos nacionalistas, anti-gênero, racistas, conservadores, movimentos de direita ou que estimulam o neoliberalismo. Nesse contexto, a educação torna-se um campo de batalha, onde a inclusão de discussões sobre diversidade sexual e de gênero é frequentemente contestada e suprimida em favor de uma perspectiva heteronormativa.

Por fim, os debates trazem assim o desafio de relacionar gênero, pesquisa e resistência, agregando esforços para a defesa da educação democrática e um olhar crítico para práticas implementadas contra ideologias, teorias, políticas e regras que atentam contra os princípios de inclusão, equidade, igualdade de oportunidades, respeito e valorização das diferenças de gênero, contribuindo para pensar a construção de uma Pedagogia que respeite as diferenças de gênero e a diversidade sexual, promovendo a defesa dos direitos democráticos, por meio da educação. Fica o convite para a leitura deste dossiê.

Referências

ABBATECOLA, Emanuela; STAGI, Luisa. 2012-2022. A decade debating **AboutGender**. Vol. 11 No. 21 (2022): 2012-2022. A decade debating AboutGender, 2022.

ABBATECOLA, Emanuela. The spectre of “gender” Roots, traits and outcomes of a transnational crusade. **labrys, études féministes**. juillet 2017.

BERNINI, Lorenzo. La teoria del gender, i “negazionisti” e la fine della differenza sessuale. **AG - About Gender** Vol. 5 No. 10: Gender and Religions: Freedom, Identity and Limits, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARREIRA, Denise. André de Mendonça, A., Pereira de Moura, F. Discursos Conservadores e Direitos Humanos: Entrevista com Denise Carreira. **Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura**, completar volume, 2024.

CORRÊA, Sônia.; ALVES, José Eustáquio Diniz. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. **15 anos após a Conferência do Cairo**. ABEP; UNFPA: Campinas, 2009.

CORRÊA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 53, 2018.



DIANIN, Giampaolo. Sinopse do livro **Lexicon**: termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche, Disponível em <www.libreriadelsanto.it/recensioni/9788810241097/lexicon-termini-ambigui-e-discussi-su-famiglia-vita-e-questioni-etiche-nuova-edizione-ampliata/641.html>. acesso em 10 abr. 2024, 2005.

GARBAGNOLI, Sara. “L’invenzione dell’“ideologia del genere”, in **About Gender** 6, 250-263, 2014.

GARBAGNOLI, Sara. Italy as a Lighthouse. Anti-Gender Protests Between the “Antropological Question” and National Identity. In.: KUHAR, Roman, e PATERNOTTE, David. (orgs.), **Anti-Gender Campaigns in Europe**. Political and Religious against Equality, Rowman & Littlefield, London, 102-115, 2017.

GARBAGNOLI, Sara; PREARO, Massimo. **La crociata anti-gender**: Dal Vaticano alle manif pour tous. Torino: Kaplan, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”**. Um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras/Livres, 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “Ideologia de Gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária anti gênero. **Psicologia Política**, vol. 18. nº 43. pp. 449-502, 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.32, n. 3, p.725-747, set./dez.,2017.

PATERNOTTE, David e KUHAR, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. **Rev. psicol. polít.** vol.18, n.43, pp. 503-523, 2018.

POGGIO, Bárbara, SELMI, Giulia. Dalla parte di bambine e bambini: per il diritto ad un’educazione che fa la differenza. **Minorigiustizia** · December, 2019.

SCHETTINI, Laura. **L’ideologia gender è pericolosa**. Collana: i Robinson. Letture Serie: Fact Checking, 2023

SATTA, Caterina e BIEMME, Irene. Childhood, Education, and Gender. The construction of gender culture in classroom, after-school and family settings, **AG About Gender**. International Journal of gender studies. Vol. 6 No. 12, 2017.

VIANNA, Cláudia P. Entrevista. DAL’IGNA, Maria Cláudia e SCHERER, Renata Porcher. Gênero: conceito capaz de apreender a construção social e histórica das relações sociais. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 7-24, Jan./Jun. 2020.

VIÉGAS, Lygia de Sousa e GOLDSTEIN, Thaís Seltzer, Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso: judicializando e medicalizando a educação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1.